



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-CASA CIVIL

TERMO DE REFERÊNCIA 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	990001-ESP-CASA CIVIL	LAIS EDUARDA SOUZA DE BARROS	01/04/2026 17:29 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		001.00000233/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de *Locação de 55 (cinquenta e cinco) filtros de água, acompanhada de manutenção preventiva e fornecimento de peças e componentes no Palácio dos Bandeirantes*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Locação de 55 (cinquenta e cinco) filtros de água (pré-filtros inclusos) na cor branca, purificador de água, tipo de parede/mesa, fornecimento de água natural e gelada, vazão mínima de 60 L/h, sistema de filtração, vida útil do refil de 3.000L ou 6 (seis) meses, capacidade de água gelada mínima de 1,2L/h,	4405	Serviço	55	R\$ 110,55	R\$6.080,25	R\$72.963,00

	reservatório interno, , bandeja coletora removível, referência: IBBL – Fr-600 Speciale ou equipamento equivalente, sendo bivolt, ou 21 (vinte e um) de 127V e 34 (trinta e quatro) de 220V no Palácio dos Bandeirantes						
--	--	--	--	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como *serviços comuns* conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e com predominância de mão de obra, tendo em vista que o valor e a execução principal estão centrados no trabalho técnico da empresa de instalação e manutenção.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. *O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.*

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10979446000163-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 26/06/2025;

III) Id do item no PCA: 111 e 112;

IV) Classe/Grupo: 546 e 871;

V) Identificador da Futura Contratação: 990001-91/2026.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:*

4.1.1. Preferência por filtros e cartuchos recicláveis

4.1.2. Uso de materiais atóxicos, livres de metais pesados e de contaminantes prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

4.1.3. Utilização de produtos com vida útil ampliada dos elementos filtrantes, reduzindo descartes frequentes

4.1.4. Uso racional da água no momento do serviço, sem desperdício excessivo no processo de filtragem

4.1.5. Destinação adequada para cartuchos e filtros descartados.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. *Na presente contratação será admitida como referência a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:*

4.2.1. *Referência: IBBL – Fr-600 Speciale ou similar*

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. *A administração não vedará a utilização de quaisquer marcas/produtos na execução do serviço, ressaltando a necessidade de utilização de peças recomendadas pelo fabricante e/ou compatíveis com a marca/modelo dos equipamentos fornecidos.*

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

Garantia da contratação

4.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão de que o objeto em questão é de baixa complexidade técnica e com riscos reduzidos à execução, portanto, se entendendo que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária*

Vistoria

4.6. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia,*

acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 (dez) horas às 17:00 (dezesete) horas, até o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas antecedentes à Disputa.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. Recomenda-se a chegada antecipada para a devida identificação na portaria

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da emissão da ordem de serviço, em remessa única;

5.1.2. O serviço se dará com prestação de serviço de locação, compreendendo o transporte, a montagem e desmontagem nos locais indicados, manutenção preventiva periódica semestral, voltada a plena conservação da eficiência operacional e substituição de peças ou de equipamento (a depender do caso) de 55 (cinquenta e cinco) filtros de água para as dependências do Palácio dos Bandeirantes;

5.1.3. Considera-se no fornecimento: Entrega em uma única remessa dos equipamentos nos moldes do item 1.1 deste Termo de Referência, com desinstalação dos equipamentos antigos (depositando em local indicado) e instalação dos bebedouros locados junto a kits de mangueira, velas e pré-filtros;

5.1.4. A contratada é obrigada a apresentar equipamentos e materiais originais, novos, sem uso prévio, devendo estar em perfeito estado de conservação e de manutenção, não podendo apresentar;

5.1.4.1. Arranhões visíveis;

5.1.4.2. Manchas, danos ou avarias

5.1.4.3. Marcas de ferrugem ou revestimentos descascados

5.1.4.4. Instabilidades

5.1.4.5. Estruturas descoladas ou quebradas

5.1.4.6. Qualquer defeito que apresente aparência desagradável, bem como que coloque em risco a segurança dos usuários

5.1.5. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela correta instalação, fixação, vedação e funcionamento do equipamento;

5.1.6. A contratada deverá manter a disposição da contratante rede de assistência técnica durante o período de garantia e fornecer número de contato para atendimento em casos de falhas ou defeitos identificados pela administração;

5.1.7. O início do serviço deverá ocorrer mediante agendamento prévio para fins de acompanhamento de agente designado pela contratante;

5.1.8. Após o estabelecimento de todos os filtros, o serviço também englobará manutenção preventiva semestral (ou em periodicidade inferior, caso haja necessidade emergencial associada à saúde dos consumidores, mediante autorização formal da contratante), nos equipamentos já em funcionamento;

5.1.9. Considera-se manutenção preventiva: Conjunto de ações planejadas e executadas periodicamente com o objetivo de conservar os filtros de água em condições ideais de operação, visando minimizar falhas inesperadas, prolongar a vida útil dos equipamentos e garantir a qualidade da água fornecida, atendendo aos padrões de saúde e segurança estabelecidos pelos órgãos competentes

5.1.10. A contratante poderá, mediante necessidade devidamente verificada, antecipar ou postergar a realização da manutenção preventiva previamente estabelecida em periodicidade semestral, desde que formalize a alteração por meio de comunicação oficial (e-mail institucional, sistema eletrônico, ou outro canal previamente convencionado entre as partes).

5.1.11. A contratada não poderá alegar, como justificativa para a não normalização do funcionamento dos filtros de água, a imprudência, a imperícia ou a negligência de seu corpo técnico, tampouco a ausência, inadequação ou má conservação de ferramentas e equipamentos, ou ainda a falta de materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva

5.1.12. Será a contratada responsável pelos serviços de substituição de peças e componentes propostos na manutenção preventiva, como: Pré- filtro lacrado, vela, torneiras (se cabível conforme modelo disponibilizado), niple para torneira, adaptador do niple, cachimbo longo, tubo de silicone e mangueira PEBD 1/4, como também, pela utilização de materiais necessários e adequados para o bom funcionamento do equipamento, tais como: toda a mão-de-obra, componentes, materiais e insumos, os serviços de montagem, desmontagem, soldas, ajustes, transportes, diárias, ferramentas, instrumentos e outros que forem necessários à boa execução das manutenções, os quais ficarão, integralmente, as expensas da empresa contratada

5.1.13. A atividade de manutenção preventiva compreende:

5.1.13.1 **Inspeção do equipamento:** Será realizado, não se limitando a estes, a verificação de vazão da água (litros/minuto) para avaliar se o fluxo está dentro do padrão de fábrica; medição da pressão da água na entrada e saída do filtro; medição da temperatura da água; inspeção elétrica, checar aterramento, cabos, fusíveis, disjuntor e funcionamento do termostato; teste de funcionamento da torneira/válvula de água (conforme modelo disponibilizado) averiguando se há vazamentos, retorno ou respingos; verificação de boia e checagem de peças, conexões e mangueiras;

5.1.13.2. **Higienização e troca de peças:** Realização de limpeza, que consiste na remoção de sujeira e impurezas internas e externas, seguida da desinfecção. A higienização é um procedimento completo que visa eliminar microrganismos por meio do uso de produtos sanitizantes em todas as partes do filtro, garantindo a segurança e a qualidade da água fornecida. Será realizada da seguinte forma:

a) Desligamento da rede elétrica e hidráulica do equipamento;

b) Drenagem completa da água existente no reservatório;

c) Aplicação de solução sanitizante (solução bactericida própria recomendada pelo fabricante a ser aplicada nas superfícies internas do reservatório, carcaça, bandeja coletora, ou em qualquer superfície, quando aplicável;

d) Escovação e esfregação manual suave em superfícies internas com escovas de cerdas macias próprias para uso;

e) Enxágue abundante com água potável até remoção total do sanitizante;

f) Limpeza externa com pano umedecido em detergente neutro, sem abrasivos, especialmente em áreas de aço inox e plásticos, não se limitando a estes;

g) Desinfecção das superfícies que não serão trocadas, com aplicação localizada de álcool 70% ou sanitizante autorizado;

h) Troca de peças e componentes de manutenção preventiva (Pré- filtro lacrado, vela, torneiras (se aplicável conforme modelo disponibilizado), niple para torneira, adaptador do niple, cachimbo longo, tubo de silicone e mangueira PEBD ¼);

i) Fechamento e instalação do filtro em operação, abastecendo com água limpa (realização de teste de vazão e pressão novamente para checar eficiência, verificação de odor, sabor e transparência da água e confirmação do funcionamento de torneiras/válvula de água (conforme modelo disponibilizado), boia e demais componentes; e por fim

5.1.14. Emissão de Relatório detalhado: Após cada serviço preventivo realizado, caberá à empresa contratada apresentar relatório técnico circunstanciado, contendo descrição detalhada do serviço executado com registros fotográficos que demonstrem a evolução e a conclusão do reparo e declaração de liberação do equipamento para uso.

5.1.15. Fica a contratada obrigada a atender, de forma imediata e sem ônus adicional para a contratante, às solicitações decorrentes de eventuais insatisfações ou não conformidades identificadas nos serviços de higienização, desmontagem ou montagem dos equipamentos, realizando os ajustes necessários até a plena regularização do serviço prestado

5.1.16. Todos os serviços deverão seguir as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT onde pertinentes, e às recomendações fornecidas pelos fabricantes dos equipamentos;

5.1.17. A contratada também será responsável pelo fornecimento e substituição de peças quebradas, devendo realizar a troca do equipamento ou da peça correspondente ao defeito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou 5 (cinco) horas em casos de atendimentos emergenciais, que gerem alagamentos, afetem a boa imagem ou estrutura da contratante.

5.1.17.1. O prazo citado poderá ser prorrogado através de autorização da administração em casos de impossibilidade de entrega devidamente justificada pela contratada

5.1.18. Considera-se a substituição de peças ou do equipamento: conjunto de ações realizadas para reparar falhas ou defeitos nos filtros de água, visando restaurar seu pleno funcionamento sob demanda. Essas ações incluem a substituição de peças danificadas ou desgastadas, ajustes necessários e quaisquer outros reparos que se façam necessários para garantir a eficiência e a segurança do equipamento. A substituição integral do equipamento será executada quando houver falha inesperada ou funcionamento inadequado do filtro, sendo essencial para assegurar a continuidade do fornecimento de água potável e atender aos padrões de qualidade exigidos.

5.1.19. Para fins de substituição, a empresa licitante deverá considerar todas as peças do equipamento, fornecendo, no mínimo, a troca de peças básicas, mas não se limitando apenas a estas, como por exemplo: Paredes laterais e frontais, travas laterais e frontais, evaporador, condensador, compressor, carga de gás, filtro secador, boia, cuba, cabeçote, tampa de alojamento de refil, pingadeira, relé de partida, protetor térmico, fiação/cabo de alimentação e termostato;

5.1.20. Não será aplicado a substituição à expensas da contratada em casos de mau uso pela Administração

5.1.20.1. Considera-se mau uso do equipamento pela contratante:

a) Dano causado ao equipamento em decorrência de acidentes de transporte indevido;

b) Dano causado ao equipamento por modificações e exposições fora das recomendações da contratada ou trocas autônomas por peças incompatíveis

c) Dano causado por ações que contrariem o propósito do equipamento

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Morumbi, 4500 - Morumbi, CEP 05650-905, São Paulo - SP

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09:00h às 18:00h, de segunda-feira a sexta-feira

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A contratada deverá garantir que seus funcionários atendam o regulamento de ordem no interior das instalações da contratante

5.4.2. Manter seus funcionários durante a prestação dos serviços sempre uniformizados e identificados com crachá, contendo foto recente, nome completo e número de registro em lugar visível e de fácil identificação

5.4.3. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios da sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da contratante

5.4.4. Garantir que seus funcionários mantenham sempre limpos e seguros os locais de trabalho

5.4.5. Somente após a aprovação da contratante, a execução dos serviços será iniciada, seguindo os procedimentos técnicos e normas vigentes

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6. Os materiais, componentes, peças de reposição e insumos necessários à realização das manutenções preventivas serão fornecidos às expensas exclusivas da contratada, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte, carrinho para locomoção dos filtros, caso necessário, e demais procedimentos relacionados.

5.7. Serão aceitos pelo contratante o fornecimento de componentes, peças e insumos de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário a melhoria das instalações, observado os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e viabilidade econômica.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. O Palácio dos Bandeirantes contará com um total de 55 filtros, distribuídos em diferentes locais, incluindo copas e salas administrativas, visando garantir o fornecimento de água potável a servidores, visitantes e demais usuários das instalações.

5.9. Dada a dispersão dos equipamentos pelo complexo, a manutenção deve considerar a logística de atendimento para garantir que todos os pontos sejam devidamente inspecionados e mantidos, sem comprometer a rotina operacional do local. Assim, a empresa contratada deverá possuir expertise na gestão de múltiplos pontos de manutenção e assegurar um cronograma eficiente para a realização dos serviços necessários, inclusive fornecendo meio de locomoção dos equipamentos.

Especificação da garantia do serviço

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

reposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.2.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.2.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.4. *apresentar pontuação inferior ao mínimo estabelecido no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), demonstrando desempenho insatisfatório na execução dos serviços*

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (*três*) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a *periodicidade mensal* fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (*dois*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

razo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

orma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO*

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço global*

xigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária :** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital *quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS*, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.18. Certidão negativa de falência, [ESP18] expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.19. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;*

8.19.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.20. *Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;*

8.20.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.20.1.1 *Vigência mínima de 12 (doze) meses*

8.20.1.2. Valor igual ou superior a 50% do valor total estimado da contratação

8.20.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.20.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.20.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.21. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 72.963,00 (setenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais) . O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 04122282562340000;

IV) Elemento de Despesa: 33903919 ;

V) Plano Interno: [...];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAIS EDUARDA SOUZA DE BARROS

Assessor II



Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 17:29:11.